



Por um diálogo de saberes intercientíficos e interculturais sobre a água no contexto da Bacia do Prata

Franklin de Paula Júnior¹
Rita Silvana Santana dos Santos²

Resumo

Segunda maior bacia hidrográfica de águas transfronteiriças da América do Sul e quinta do mundo, a Bacia do Prata abarca porções territoriais de 5 países (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai), com uma extensão de 3,1 milhões de km² e notória sociobiodiversidade, também constituindo um território subcontinental referencial da experiência sócio-histórica derivada do projeto de modernidade ocidental que tem a colonialidade como a sua contraface constitutiva. Ao mesmo tempo em que estabeleceu, histórica e unilateralmente, enunciados hegemônicos relacionados à água, vinculados ao paradigma da dominação, com reflexos indeléveis na esfera do instituído (legal e institucional), este projeto moderno-colonial também expropriou os enunciados originários, instituintes, extramodernos, pós-abissais e contra-hegemônicos, em especial, aqueles correspondentes às cosmologias, saberes e modos de vida dos povos originários ameríndios, afro diaspóricos e das comunidades tradicionais. Neste sentido, o diálogo de saberes, intercientífico e intercultural, é condição indispensável para ‘rematriar’ enunciados sobre a água e a natureza que foram expropriados pela modernidade-colonialidade, bem como para criar outros imaginários e modos de vida sustentáveis e incidir nas políticas públicas de água e educação neste contexto territorial.

Palavras-chave: Bacia do Prata, Colonialidade, Diálogo de Saberes, Políticas de Água Educação.

¹ Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília (UnB), pesquisador nas temáticas de enunciados sobre a água e políticas públicas de recursos hídricos, educação em direitos humanos, educação ambiental e participação social.

² Docente da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB) e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania e ao Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado Profissional. Pedagoga, mestra em Engenharia Ambiental e Doutora em Educação.

Considerações iniciais

“Mãos marrons buscam a esperança”
(Malcom Ferdinand)

Este texto é um exercício teórico e reflexivo que se insere no embrionário processo de elaboração e desenvolvimento de uma pesquisa que, no seu curso, pretende, “como um rio, que nasce de outros, saber seguir junto com outros sendo e noutros se prolongando e construir o encontro com as águas grandes do oceano sem fim”³.

O oceano sem fim da pesquisa pode ser, literal ou geofisicamente, o encontro das águas estuarinas – oriundas da confluência de quatro grandes rios sul-americanos (o Paraguai, o Paraná, o Uruguai e o Prata) e seus milhares de afluentes – com o Atlântico Sul (entregando-o uma vazão de 25.000 m³/s) que, por sua vez, nos conecta com o continente africano e o vasto além-mar. Toda a afluição desses grandes rios corresponde à contiguidade territorial da Bacia do Prata, que é a unidade territorial visada para o desenvolvimento da pesquisa. A denominação ‘Prata’ foi designada pelos colonizadores, mas os povos originários nativos desta região possivelmente a denominavam “Paranaguasú” ou “Paraná Guasú” (MASDEU, 2023), que em guarani significa o “rio largo como o mar”.

Mas este oceano também pode ser a representação do conjunto de veredas percorridas pela pesquisa, com os seus desafios, experimentações, descobertas, reflexões, diálogos, saberes e aprendizagens. Entendida como espaço-tempo de imersão, reflexão e maturação, a pesquisa também ambiciona a geração de aportes e contribuições para as políticas de água e educação neste contexto territorial e para o universo relacional com a água de um modo geral.

Ou pode, ainda, metaforicamente, corresponder ao oceano do horizonte utópico de reinvenção de outros mundos – plurivérsicos, extramodernos, grávidos de afeto, cuidado, humanismo⁴, encantamento, diversidade, inclusão e justiça social, que extrapolam a compreensão ocidental e eurocêntrica de mundo – desde este mundo ‘comum’⁵

³Poema “Como um rio”, ver em:

https://www.mpbnet.com.br/musicos/olivia.byington/letras/como_um_rio.htm.

⁴ Preferencialmente, de um humanismo menos antropocêntrico e mais *antropomórfico e multinaturalista* (VIVEIROS DE CASTRO, 2004).

⁵ Um ‘comum’ que, conforme elucida Eduardo Viveiros de Castro (2017, p. 2), “se funda, em um paradoxo hipócrita, na enorme desigualdade de acesso a este comum, onde o ‘com-’ é inteiramente esmagado pelo ‘-um’: um mundo 100% comum, entenda-se, único, mas privatizado pelo 1%. O Um e o Único”.

homogeneamente hegemônico, ou sistema-mundo moderno-colonial-capitalístico (esterilizado por supressões e iniquidades sociais históricas e sabotado por devastações de vários tipos).

Veredas: contextualização de um itinerário em construção

As motivações para o desenvolvimento desta pesquisa advêm das inquietações e aprendizados aflorados a partir de um itinerário pregresso de investigação, da condição de pertencimento territorial (a cidade e a universidade de Brasília, à qual nos vinculamos, se situam na bacia platina, a qual engloba 63,2% da área e mais de 98% da população do Distrito Federal), assim como de vivências em atividades educativas, de diálogo de saberes e de políticas públicas voltadas para este contexto territorial. Tais vivências geraram reflexões existenciais sobre os desafios da contemporaneidade cuja gênese remonta ao histórico de colonialidade, contraface da modernidade ocidental, presente em toda a América Latina e, particularmente, também na Bacia do Prata.

Tendo o universo relacional com a água como campo de investigação, a pesquisa levará em consideração os contrastes e tensões existentes entre enunciados instituídos (já estabelecidos, normatizados, normalizados e hegemônicos) e instituintes⁶ (aqueles que contrastam ou mesmo tensionam com o instituído, contra-hegemônicos, com potencial de transformação do instituído), buscando acionar e compreender, em especial, esses últimos, por entender que eles suscitam outros universos relacionais com a água (cosmologias, saberes, ontologias), historicamente silenciados e subalternizados pelo campo hegemonicamente instituído – porém, entendendo que não são campos estanques e incomunicáveis, mas atravessados por elementos e dinâmicas que se mesclam reciprocamente⁷.

⁶ A dimensão social instituinte, à luz do que expressa Cornelius Castoriadis (1982) refere-se à "criação, fazer ser", é o "por-vir-a-ser, isto é, provisão inesgotável de alteridade, e como desafio irreduzível a toda significação estabelecida." Também corresponde à "instauração de uma história onde a sociedade não somente se sabe, mas se faz como auto-instituinte explicitamente, implica uma destruição radical da instituição conhecida da sociedade até seus recônditos mais insuspeitados, que só pode ser como posição/criação não somente de novas instituições, mas de um novo modo do instituir-se e de uma nova relação da sociedade e dos homens com a instituição". (CASTORIADIS, 1982, pp. 414, 415, 418).

⁷ Castoriadis (1982) entende que a sociedade é "instituição de um magma de significações" e uma "auto-alteração perpétua" ou "auto-instituição do social-histórico", de tal modo que o instituído e o instituinte se implicam reciprocamente, mas o instituinte social "encontra-se sempre (até um ponto de origem insondável) numa relação de recepção/alteração com o que já tinha sido instituído" (CASTORIADIS, 1982, p. 414 e 417).

Deste modo, a pesquisa pretende se desenvolver a partir do diálogo com atores que sejam referentes de saberes e enunciados instituintes – bem como extramodernos, pós-abissais e contra-hegemônicos – sobre água e educação na Bacia do Prata, a fim de gerar reflexões e contribuições, em especial, para as políticas públicas de água e educação neste contexto. Ao projetar incursões epistemológicas de reflexividade crítica, a pesquisa pressupõe, necessariamente, uma ancoragem no mundo da vida, numa concatenação estratégica com a trajetória de tais atores, sejam eles referentes de outras epistemologias, modos de vida, assim como de lutas, resistências, ou mesmo atores de fronteira, que transitam com criticidade entre os campos do instituído e do instituinte no universo relacional com a água. Atores que assim se encontram, não por acaso, como decorrência da histórica expropriação dos sentidos da água operados pela colonialidade e de seus impactos no contexto sócio-político, cultural, econômico, ambiental.

Tais aspectos nos remetem para a problemática da pesquisa, que aponta para a desvalorização da diversidade dos universos epistêmicos, cosmológicos e relacionais com a água e seus reflexos nas políticas públicas correspondentes. O hegemonismo vigente de uma visão objetificadora, utilitarista e economicista (ou mesmo mercantilista) sobre a água, está presente em políticas mundialmente instituídas e é notória a sua reprodução no contexto regional e subcontinental, em especial, na Bacia do Prata.

Vale notar que, mesmo que expressem preocupação com a conservação, a proteção e a sustentabilidade de mananciais hídricos, eventos e documentos que se tornaram marcos globais, a exemplo da Conferência Internacional sobre Água e Meio Ambiente organizada pela ONU, em Dublin, Irlanda (1992), ressaltaram e sobrevalorizaram a dimensão econômica da água. Segundo o Princípio N° 4 da Declaração de Dublin, “A água tem valor econômico em todos os usos competitivos e deve ser reconhecida como um bem econômico”. Tal enunciado, tornado hegemônico, contribui de algum modo para uma certa assimetria (e hierarquização) do aspecto econômico em relação a outras dimensões e valores atribuídos à água (ecológico, social, cultural etc.), assim influenciando a instituição das políticas hídricas de inúmeros países do mundo, inclusive na América Latina e no Caribe.

No contexto específico da Bacia do Prata, os marcos legais e os arranjos institucionais dos países tendem a reproduzir as orientações de Dublin e o modelo europeu

de gestão dos recursos hídricos, embora existam iniciativas importantes que dialoguem com e/ou se aproximem de outros paradigmas.

A par destes aspectos, o objetivo da pesquisa consiste, portanto, em estabelecer um diálogo (por meio de entrevistas) com enunciados oriundos de outros saberes e modos de vida – instituintes, extra modernos, pós-abissais e contra-hegemônicos – vinculados ao universo relacional com a água no contexto transfronteiriço da Bacia do Prata, bem como buscar entender o que eles apontam para o campo das políticas públicas de água e educação.

O referencial teórico-conceitual visado para anteparar a análise, a reflexão e a produção do conhecimento, é pluralista, porém, com ênfase nas epistemologias afro-ameríndias, do Sul Global, também buscando anteparar-se em elementos da Educação Ambiental (EA), da Educação em e para os Direitos Humanos (EDH), do Pensamento Ambiental Latinoamericano (LEFF, 2009), da decolonialidade, da emancipação, da Educação Antirracista (SANTOS, 2017), da Pedagogia das Encruzilhadas (RUFINO, 2015), dentre outras possibilidades.

Breve caracterização da Bacia do Prata

Segunda maior bacia hidrográfica⁸ de águas de rios fronteiriços e transfronteiriços da América do Sul, ao lado da Amazônica (a maior), o vasto território hídrico da Bacia do Prata (3,1 milhões de km²) compreende porções territoriais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai, e engloba, inclusive, as capitais dos respectivos países (Buenos Aires, Sucre, Brasília, Assunção e Montevidéu), perfazendo uma população de aproximadamente 110 milhões de pessoas.

Neste mesmo território também incidem grandes aquíferos, a exemplo do Guarani e do Yrenda-Toba Tarijeño; importantes zonas úmidas ou sistemas conectados de áreas

⁸ De acordo com o CIC, “Uma bacia é um território cujas águas deságuam no mesmo rio, lago ou mar. As terras altas constituem os seus limites, separando-o da bacia vizinha, onde a água escoará para outro rio, lago ou mar. Se olharmos o mapa de uma bacia, como a do Prata, veremos que os limites desse território não coincidem com as fronteiras dos países, províncias ou municípios. Rios e riachos têm sido comumente usados para definir limites entre diferentes estados, muito antes de o conceito de bacia hidrográfica ser aplicado à gestão da água. Portanto, para gerir o território de uma bacia é necessário estabelecer acordos entre todas as jurisdições administrativas (Estados) que nela tenham todo ou parte do seu território”. Extraído de: <https://cicplata.org/es/territorios-y-fronteras/>.



Figura 1: Distribuição da Bacia do Prata por sub-bacias.
Fonte: Fonte: CIC adaptado de UNEP-GEF 2003.

alagadas⁹, dentre os quais, o Pantanal, uma das maiores do planeta; além de receber parcela considerável da bomba de águas atmosféricas produzida pela Floresta Amazônica, que é transportada até o Cone Sul por meio do fenômeno também conhecido como “rios voadores” – aproximadamente 20 bilhões de toneladas evaporadas em um dia, equivalente à energia gerada por 50 mil Itaipus (NOBRE, 2012, p. 187 e 188) –, em grande medida, responsável pela regulação do regime de chuvas e pelo equilíbrio climático da Bacia do Prata.

A bacia platina abarca uma sociobiodiversidade, uma diversidade climática e uma pluralidade étnico-cultural ímpar, mas também convive com situações assimétricas abissais, inclusive de acesso à água, que integram um panorama histórico de discriminação, violações de direitos, desigualdade e injustiças sociais, econômicas e ambientais, que afetam, desproporcionalmente, segmentos populacionais que foram ao longo do tempo subalternizados, silenciados e vulnerabilizados.

⁹ Bacia do Prata – sistema conectado de áreas alagadas. Ver em: <https://humedalessinfronteras.org/pt-br/a-bacia-do-prata/>.



Figura 2: Mapa geral da Bacia do Prata.

Fonte: Análise Diagnóstico Transfronteiriço (ADT) da Bacia do Prata, 2016: 38

Numa caracterização crítica e também pedagógica, Carlos Galano (2009, p. 13-14) refere-se à “La Cuenca del Plata” (A Bacia do Prata) na exuberância de “su dilatada geografía de verdes, rojos, marrones y grises, planicies, elevaciones y valles”, mas que em suas texturas culturais “expresa las narraciones Geoculturales de la Modernidad Insustentable”, que lavrou um imaginário social sustentado em insondáveis silêncios, “especializada en la producción de un vacío ontológico orientado inescrupulosamente a silenciar la vida”, e perfazendo uma geografia física e social “abismada en pérdida de

diversidade natural y en el oscurecimiento de sus luces interculturales”, ao custo de uma “desterritorialización material y simbólica de los pueblos originales y las culturas populares”, assim como de “palabras silenciadas por la dictadura del verbo mercantilizado” que ordenou “el territorio de la colonización depredadora”.

Nos aspectos institucionais e legais, a bacia platina é contemplada pelos arcabouços normativos e pelos arranjos institucionais específicos dos países que se encontram em sua área de influência, com destaque para a rede de organismos colegiados nacionais e transfronteiriços (conselhos de recursos hídricos, comitês de bacias hidrográficas, comissões de água etc.) que, em geral, dispõem de mecanismos de participação social.

Para além das especificidades dos países, o grande território hidrográfico da Bacia do Prata também é dotado de uma base legal e institucional própria, pactuada e coordenada entre os cinco países, que corresponde ao Tratado da Bacia do Prata e ao Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC)¹⁰.

O Tratado da Bacia do Prata foi assinado em Brasília, em 23 de abril de 1969, com o objetivo de “promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da bacia”, e tendo como princípios a unidade territorial, a cooperação entre os países, o uso sustentável e equitativo dos recursos hídricos, bem como evitar danos, promover o desenvolvimento sustentável e a governança participativa”.

O CIC foi estabelecido em 1973 e composto por representações políticas (das chancelarias dos cinco países) e técnicas (dos respectivos órgãos ambientais e de recursos hídricos), a fim de “promover, coordenar e monitorar o andamento das ações multinacionais voltadas ao desenvolvimento integrado da Bacia do Prata”. Também integra esta institucionalidade o FONPLATA, antigo Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata, estabelecido em 1974, e atualmente denominado Banco de Desenvolvimento da Bacia do Prata.

Especialmente a partir da virada do milênio e dos anos subsequentes, em que houve um alinhamento dos governos de viés mais progressista na região, se fez notório, no âmbito do CIC, um esforço para uma atuação mais proativa do órgão. Exemplo deste

¹⁰ Mais informações encontram-se no sítio web do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (CIC) em: <https://cicplata.org/>.

esforço foi o *Programa Marco para a gestão sustentável dos recursos hídricos da Bacia do Prata, considerando os efeitos decorrentes da variabilidade e mudanças do clima* e os seus desdobramentos com a execução de projetos demonstrativos transfronteiriços, Plano de Ação Estratégica (PAE), dentre outros.

Embora tais iniciativas tenham valorizado a educação e a participação social, uma avaliação externa apontou, por exemplo, que o projeto “não defendeu/representou adequadamente as necessidades/interesses de todos os grupos marginalizados e de gênero, especialmente os grupos indígenas” (PIRES e MIRANDA, 2019). A avaliação é um indicador importante de reconhecimento da problemática dos direitos humanos e da existência de lacunas relacionadas às perspectivas de gênero, dos povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como da necessidade de promover direitos, tomada de consciência e mudança de rumos, propondo processos de formação e o fortalecimento da participação social nos ciclos de políticas públicas de águas.

Em que pese a importância destas iniciativas institucionais, inclusive por produzirem significativas informações de diagnóstico acerca da problemática hídrica e socioambiental da bacia, bem como instrumentos de monitoramento, é crucial entender a gênese e não apenas os efeitos das referidas lacunas e dos conflitos socioambientais, inclusive perscrutando horizontes epistemológicos e ontológicos que se encontram, muitas vezes, ao avesso de uma institucionalidade que também carrega e reproduz elementos de colonialidade.

A gênese colonial das fraturas sociais e ambientais e a problemática hídrica

Interconectada geograficamente e com uma formação histórica indissociável do conjunto da América Latina e do Caribe, a Bacia do Prata se constitui, inexoravelmente, como um território subcontinental referencial da experiência também sócio-histórica derivada do projeto de modernidade ocidental que tem a colonialidade (a sujeição da natureza, o racismo, o sexismo, o patriarcado, a lógica capitalística) como a sua contraface constitutiva.

No que concerne a esta contraface constitutiva, Walter Mignolo (2003, p. 30) elucida que “la modernidad/colonialidad son dos caras de la misma moneda, [...] la colonialidade, el lado oscuro y necesario de la modernidad [...] las ideologias de la

modernidad tienen una doble cara, la cara genocida (a decir de Dussel) y la cara emancipatoria o libertadora”.

Deste modo, a colonialidade representou uma pré-condição (uma externalidade ou violento custo fundacional) para que a “tempestade moderna” (FERDINAND, 2022, p. 21) se estabelecesse nos termos em que ela se estabeleceu no sistema mundo, produzindo uma linha abissal ou um muro espesso constituído por uma “dupla fratura” ambiental e colonial, conforme salienta Malcom Ferdinand (2022).

A fratura colonial separa os humanos e os espaços geográficos da Terra entre colonizadores europeus e colonizados não europeus, entre Brancos e não Brancos, entre cristãos e não cristãos, entre senhores e escravos, entre metrópoles e colônias, entre países do Norte e países do Sul. (FERDINAND, 2022, p. 26).

Em sua acurada análise Ferdinand (op. cit. p. 24, 25) desvenda que o projeto moderno-colonial estabelece simetrizações e homogeneizações horizontais que camuflam as assimetrias e hierarquizações operadas pelas relações de dominação, por exemplo, quando escondem “a diversidade de ecossistemas, dos lugares geográficos e dos não humanos que os constituem” ao empregar os termos “planeta, natureza ou meio ambiente”, ou, ainda, quando mascaram a pluralidade de humanos [assim como as injustiças e discriminações] ao empregar os termos “Homem” ou “*anthropos*” para designar a Era do Antropoceno, de modo que “o *imaginário* ocidental da crise ecológica” apaga o fato colonial e as histórias dos não Brancos, responsabilizando indistintamente toda a humanidade ou a espécie humana, ao invés de um determinado modo de vida (colonial / capitalista) causador do cenário de barbárie e colapso. A par disso, seria mais apropriado o emprego do termo “Plantationoceno, proposto por Anna Tsing e Donna Haraway”, sendo “o mais capaz de traduzir o desenvolvimento do habitar colonial da Terra ao revelar suas cinco dimensões fundamentais [nível material e econômico, nível histórico, nível geográfico, nível político e nível cosmopolítico]” (op. cit., p. 30, 66 e 67).

A importação do antropocentrismo radical e da concepção de guerra dos homens contra a natureza para as Américas e o Caribe, implicou a imposição de uma ruptura com a cosmovisão ancestral da Pachamama [Mãe Natureza] (PAULA JÚNIOR, 2021, p. 41). Resultou na tentativa de apagar a reverência à água como símbolo de fecundidade, como

elemento essencial à vida e, ainda, como ente/ser integrante da comunidade de vida também presente nas tradições de matriz africana.

Luciana Ballestrin (2013, p. 101) argumenta, que, “de outro lado, não poderia haver uma economia-mundo capitalista sem as Américas” (ou seja, sem a exploração colonial, sobretudo, das periferias do sistema, no caso, da América-Latina e Caribe) e os conflitos pelo acesso, apropriação e controle dos mananciais hídricos guardam relação direta com esta constatação.

O exato momento histórico em que vivemos ilustra bem a dinâmica colonial relacionada com a água por meio de um dos atos mais ostensivos (com ampla exposição em mídias e redes sociais de todo o mundo) de sua utilização como arma de guerra, de uma guerra colonial – também movida por uma lógica imperial expansionista¹¹ – de extermínio, perpetrada contra o povo palestino na Faixa de Gaza. Quanto a este fato, o Relator Especial da ONU para os direitos humanos de acesso à água e ao saneamento, Pedro Arrojo Agudo, alerta¹² que “impedir conscientemente a entrada de suprimentos necessários para a água potável na Faixa de Gaza viola tanto o direito internacional humanitário como os direitos humanos”, e que “nos termos do artigo 7.º do Estatuto de Roma, privar intencionalmente a população civil de condições de vida, com o objectivo de provocar a sua destruição, constitui um ato de extermínio e classificado como crime contra a humanidade”.

¹¹ Segundo Pietro de Jesús Lora Alarcón (2023), o que acontece em Gaza decorre de “um passado e um presente de neocolonialismo, alvo de intenções geopolíticas pelos antigos e novos centros imperiais”, e é “parte de um projeto de poder que utiliza a expansão territorial, a conquista, a administração e o controle populacional, que corresponde a uma ideologia a través da qual se justifica esse controle, para submeter povos inteiros ou grupos sociais definidos arbitrariamente como alvos de submissão social e política, por considerá-los “atrasados”, “selvagens”, “animais” ou porque são indignos de ocupar esse território porque são “donos ilegítimos”,

¹² Pedro Arrojo Agudo (Relator Especial da ONU para os Direitos Humanos de Acesso à Água e ao Saneamento): “Israel deve parar de usar a água como arma de guerra. [...] Cada hora que passa com Israel a impedir o fornecimento de água potável segura na Faixa de Gaza, numa violação descarada do direito internacional, coloca os habitantes de Gaza em risco de morrer de sede e de doenças relacionadas com a falta de água potável segura. [...] Quero lembrar a Israel que impedir conscientemente a entrada de suprimentos necessários para a água potável na Faixa de Gaza viola tanto o direito internacional humanitário como os direitos humanos. O impacto na saúde pública e na higiene será inimaginável e poderá resultar em mais mortes de civis do que o já colossal número de mortos resultante do bombardeamento de Gaza. [...] Nos termos do artigo 7.º do Estatuto de Roma, privar intencionalmente a população civil de condições de vida, com o objectivo de provocar a sua destruição, constitui um acto de extermínio e classificado como crime contra a humanidade”. Conferir na íntegra em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/11/israel-must-stop-using-water-weapon-war-un-expert>

Na lógica colonial, a indolente *razão metonímica* (SANTOS, 2002, p. 242) – ao ignorar que a compreensão ocidental do mundo não é a única compreensão do mundo, ao tomar a parte pelo todo – produz generalizações totalizantes, assim como dicotomias hierarquizantes (tais como: Norte/Sul; Ocidente/Oriente; branco/negro; civilizado/primitivo; homem/mulher; conhecimento científico/conhecimento tradicional; cultura/natureza etc.). Esta mesma dinâmica costuma se reproduzir na relação com a água, também por meio de uma espiral de dicotomias hierarquizantes, gerando uma tensão que se performa pela polaridade **água-vida** *versus* **água-mercadoria** (PAULA JÚNIOR, 2021), em torno da qual gravitam derivações que modelam as subjetividades e derivam em conflitos sociais e territoriais.

As referências narrativas ao ser da água, à água-vida, às águas-povos e povos-água, assim como à água como parente (avô, mãe, pai, filha), remetem às cosmologias ancestrais, em especial afro-ameríndias, para as quais são impertinentes ou inócuos os dualismos dicotômicos e as separações operadas pela Modernidade ocidental (entre homem e ambiente ou entre cultura e natureza etc.). Irredutíveis à separação dicotômica entre natureza e cultura, as conexões sensíveis com o mundo, vivenciadas pelos povos originários a partir dos saberes ancestrais, são, geralmente, insondáveis para as limitações da racionalidade estritamente objetiva, instrumental e mecanicista que perfazem a monocultura do saber (ainda hegemônica e homogeneizadora) do mundo moderno ocidentalizado (PAULA JÚNIOR, 2021, p. 127).

O quadro a seguir é demonstrativo da polaridade mencionada e suas nuances.

água-vida ←		→ água-mercadoria			
água-vida	água-sujeito	água-cultura-espiritualidade	água-sociedade	água-objeto-recurso hídrico	água-objeto-mercadoria
Expressa a unicidade indissociável entre água e vida em Gaia, indispensável à manutenção dos ecossistemas e à resiliência da teia da vida.	Reconhecimento da subjetividade extra-humana da água, como um agente e como portadora, <i>per si</i> , de direitos.	Elemento espiritual, sagrado, dimensão antropológico-cultural.	Bem comum e bem público, direito humano universal, condição de reprodução material e simbólica dos coletivos humanos.	Objeto, coisa, dotada de <i>valor de uso</i> , utilitário, bem econômico, insumo produtivo, matéria-prima, infraestrutura	Objeto, coisa, produto, dotado de <i>valor de troca</i> , dimensão mercantil, ativo e fonte de lucro, <i>commoditie</i> .

Quadro 1: Água: gradações entre os polos. Fonte: PAULA JÚNIOR, 2021: 76

Embora reconhecendo que a virada de milênio tenha permitido um reposicionamento mais autônomo da América Latina no sistema mundo, o que se fez notório pela onda de governos progressistas, soberanistas e de esquerda na primeira e em parte da segunda década deste século, Bruno Bringel (2020) entende que, ainda assim, a região não foi capaz de superar a condição estrutural de mera “fornecedora de matérias-primas” para a economia capitalista global. Bringel constata que os principais eixos de conflitos do subcontinente não só derivam como são exacerbados pela polaridade centro *versus* periferia do sistema-mundo (moderno-colonial, capitalista).

Recentemente, a sanha usurpadora do capital improdutivo financeirizado (DOWBOR, 2017) deu um passo inédito e ousado em direção à água, abrindo caminho para o assédio sobre o direito de acesso à água por meio de mecanismo perverso que viabiliza a sua mercantilização e financeirização. Em dezembro de 2020, a água foi inserida e negociada como *commodity* nos mercados de futuro da Bolsa de Valores de Wall Street/EUA¹³. De acordo com o jornalista econômico brasileiro, Luís Nassif (2021), “os EUA têm o trunfo de ser a sede regulatória do sistema financeiro global”¹⁴.

Monica Bruckmann (2016, p. 7-12) alerta que o acesso, a apropriação e o domínio dos recursos hídricos e outros recursos estratégicos na escala global, constitui um dos objetivos centrais da estratégia (de caráter científico, político, econômico e militar) elaborada pelos EUA para esta última década, a qual prevê até o emprego da força militar para derrubar eventuais “ameaças” ao acesso e apropriação dos respectivos recursos naturais.

No contexto da Bacia do Prata, são históricas as tentativas de apropriação e controle de mananciais (BRUCKMANN, 2016), bem como de privatização dos serviços de água e saneamento, a exemplo das privatizações ocorridas na Argentina dos anos de 1990 (serviços de água das províncias de Santa Fé, Tucumán, Buenos Aires e dezenas de outras cidades), na Bolívia¹⁵ do final dos anos de 1990 até meados dos 2000 (que

¹³ Para entender as implicações disso: Conferir neste link: <https://brasil.elpais.com/economia/2020-12-09/o-que-significa-a-agua-comecar-a-ser-cotizada-no-mercado-de-futuros-de-wall-street.html>

¹⁴ NASSIF, Luís. O plano Biden e o aumento dos tributos globais. Jornal GGN, edição de 19/01/2021. Disponível em: <https://jornalggm.com.br/noticia/o-plano-biden-e-o-aumento-dos-tributos-globais-por-luis-nassif/>

¹⁵ De acordo com Castro, Heller e Morais (2015, p. 14), as “famosas Guerras da Água em Cochabamba (1999-2000) e em La Paz-El Alto (2005-2006), contribuíram para a queda do regime político neoliberal que governava o país naquele momento” e, conseqüentemente, para a retomada da soberania popular e nacional

deflagrou as guerras da água em Cochabamba e El Alto) e no Uruguai, em 2004, quando uma expressiva mobilização da sociedade fez frente a essas investidas e logrou, por meio de um “plebiscito del agua”, incluir uma emenda constitucional que assegurou (Artigo 47) o reconhecimento da água como “recurso natural essencial para a vida”, o acesso à água potável e ao saneamento como direitos humanos fundamentais, além de vetar a privatização dos serviços de água e saneamento.

No Brasil, sobretudo a partir do golpe de 2016¹⁶, intensificou-se uma ofensiva corporativa pela apropriação e controle da água, com propostas de privatização e até mesmo de criação de um mercado de águas, sendo que no ano de 2018, houve um aumento recorde de conflitos pela água no campo, 40% a mais que no ano anterior, com graves violações de direitos, sendo que 85% das vítimas pertencem a povos indígenas e comunidades tradicionais, conforme aponta relatório da CPT¹⁷.

Diálogo de saberes, outros horizontes de sentido e contribuições para as políticas de água e educação

Simultaneamente ao estabelecimento de enunciados hegemônicos relacionados à água e à natureza, vinculados ao paradigma da dominação, com reflexos indeléveis na esfera do instituído (legal e institucional), este projeto moderno-colonial também expropriou os enunciados originários, instituintes, extramodernos, pós-abissais e contra-

sobre os bens comuns, o que se consolidou com a chegada de Evo Morales ao poder.

¹⁶ A grave crise político-institucional brasileira engendrada durante o segundo governo da Presidenta Dilma Rousseff –culminou, em 2016, no seu *impeachment* tramado fraudulentamente, sem crime de responsabilidade –, é caracterizada como um golpe de Estado, de cunho parlamentar, judicial e midiático, a partir do qual começaram a pipocar, por exemplo, investidas de privatização dos recursos hídricos. Conforme analisa Olinto Silveira Alves Filho (2020), houve um “processo de desestruturação do Estado brasileiro, desde o golpe midiático, parlamentar e judiciário de 2016”, consolidando um cenário de desmonte do Estado, “por meio de Propostas de Emendas Constitucionais e também “de decretos regulamentares, portarias, instruções normativas, dentre outras”. De acordo com Luís Felipe Miguel (2023), “É importante, para a história do Brasil, deixar registrada essa tautologia: o golpe foi um golpe. Com consequências que foram muito além da retirada ilegal, de seu cargo, de uma presidente eleita. O golpe marcou a ruptura, de vastos setores da classe dominante brasileira, com o princípio do respeito às regras do jogo. Inaugurou um período de vale-tudo na política brasileira, com incerteza quanto à vigência das normas constitucionais, marcado pela permanente queda de braço entre os poderes. [...] Em suma: o golpe nos legou desorganização institucional, violência política e ampliação da desigualdade”.

¹⁷ As informações sobre o Relatório de Conflitos no Campo, da CPT, foram extraídas dos seguintes endereços: <https://redecerrado.org.br/expulsao-de-familias-do-campo-aumenta-14-350-no-cerrado/>; <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/conflitos-por-agua-batem-recorde-no-pais-e-chegam-a-276-casos-aumento-de-40-em-2018/>; e <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/588426-comissao-pastoral-da-terra-lanca-relatorio-conflitos-no-campo-brasil-2018-na-sede-da-cnbb>.

hegemônicos, em especial, aqueles correspondentes às cosmologias, saberes e modos de vida dos povos originários ameríndios, afro diaspóricos e das comunidades tradicionais.

Ao denunciar que “las palabras silenciadas por la dictadura del verbo mercadizado organizaron el territorio de la colonización depredadora”, Carlos Galano (2009) então preconiza a necessidade de

Romper el corsé epistemológico de la racionalidad instrumental de voracidad insaciable para engullir a la naturaleza externalizada, abriéndose a los territorios fecundados por el diálogo de saberes, de los saberes de los pueblos oprimidos y silenciados, se convierte en le lenguaje inaugural de la Educación Ambiental, ensimismada en lo multidimensional, constituyendo con tenacidad insobornable una red de relaciones diversas para que cambie la dictadura de la verdad absoluta y florezca un saber que navegue por las aguas de lo provisorio, de lo relativo y de lo incognoscible. El edificio geométrico de verdades inalterables, postulado por el conocimiento disciplinarizado y especializado en partes descontextualizadas y dualismos ha estallado. [...] se hace necesario que en los repliegues cotidianos de la Cuenca del Plata estalle el debate epistemológico pendiente, [...] El diálogo de diversidades conjugará una encrucijada que pujará hacia el campo en construcción de la Educación Ambiental para la Sustentabilidad amplificadora del Pensamiento Ambiental Latinoamericano. Este pensamiento reinstalará en la Cuenca del Plata las identidades silenciadas, las culturas de las diferencias como cuenco matricial desde donde puedan imaginarse otros mundos posibles, frente al único futuro mortecino del Discurso Único. (GALANO, 2009, p. 14).

A par disso, o diálogo de saberes, intercientífico¹⁸, intercultural¹⁹ e/ou intertranscultural²⁰, emerge como uma das condições indispensáveis para ‘rematriar’ enunciados sobre a água e a natureza que foram expropriados pela modernidade-colonialidade, bem como para forjar saídas para o cenário de colapso ambiental na Era do Plantationoceno. Consiste, ainda, em possibilidade inventar outros imaginários e modos

¹⁸ O diálogo intercientífico se dá no campo da intercientificidade, entendida, segundo Paul Little (2010, p. 20) como “as formas de interação entre os sistemas de conhecimento tradicional e o sistema da ciência moderna. Assim como os relacionamentos entre distintas culturas produz formas de interculturalidade, a interrelação entre distintos sistemas de conhecimento científico produz formas de intercientificidade (apud LÉO NETO, 2018, p. 32).

¹⁹ A perspectiva intercultural pressupõe o diálogo entre diferentes culturas, corresponde à “possibilidade de diálogo entre as culturas” (WALSH, 2009, p. 1), também se refere ao entendimento da ‘incompletude intrínseca’ e da ‘alteridade complementar’ (SANTOS, 2009).

²⁰ A intertransculturalidade refere-se à dimensão curricular dos processos formativos, correspondendo, segundo Paulo Roberto Padilha (2003), a “um currículo que, ao mesmo tempo, respeite o saber local, o saber global, planetário e, portanto, a cultura em todas as suas possíveis dimensões, bem como o multiculturalismo próprio do nosso tempo e a criação de espaços interculturais nas escolas e em outros espaços de formação da comunidade, formais e não formais, isto porque a educação não acontece só na escola formal; um currículo aberto às diferenças culturais, à multiculturalidade, às trocas, conexões e relações profundas e criativas entre as culturas, nos diferentes “entre-lugares” (PADILHA, 2003 p. 171).

de vida sustentáveis e incidir nas políticas públicas de água e educação neste contexto territorial.

Considerações finais

A “encrucijada” aludida por Galano (2009), resultante de um necessário diálogo de diversidades, pluralidades, e multiplicidades de singularidades (que *per se* são também multiplicidades de agenciamentos), nos remete para a dimensão plurivérsica²¹ de ‘*entremundos*’ (reciprocamente inscritos em cada ente vivo e não-vivo), para a ideia do “*estar-entre*”, aventada por Stelio Marras (2018) – como sendo um “lugar de trânsitos não apenas de espíritos humanos, mas entre estes e o espírito do mundo distribuído entre plantas, bichos, atmosfera, terra, água, técnicas e toda sorte de não humanos que são trazidos em presença” –, para os saberes ou culturas de frestas, que correspondem às reconexões e sabedorias táticas operadas nas frestas onde o encantamento irriga o ser de possibilidades de liberdade” (SIMAS e RUFINO, 2020, p. 6).

Tais perspectivas também nos conectam, portanto, com os saberes ancestrais, as ontologias afro-ameríndias e cosmopercepções (OYĚWÙMÍ, 2002/2021 e FLOR DO NASCIMENTO, 2020) que valorizam a audição e o conjunto de sentidos, bem como a espiritualidade e a corporeidade, propiciando uma apreensão global e interconectada da realidade em suas múltiplas dimensões, abarcando as nuances da existência e dos vários mundos (físico, tangível, intangível e metafísico entrelaçados).

As representações cosmológicas da água que habitam o imaginário e o modo de vida dos povos originários e comunidades tradicionais da Bacia do Prata reportam a dimensões e valores da água que foram e em muitos casos seguem sendo expropriados pela colonialidade e pela concepção mercadológica própria do modelo de desenvolvimento ocidental capitalista, que é também hegemônico nos territórios do Sul Global ocidentalizado.

O estabelecimento de um diálogo com enunciados instituintes sobre a água, é ação no sentido de frear e buscar reverter a expropriação de sentidos capturados e

²¹ O pluriverso é entendido como “conformado por uma multiplicidade de mundos mutuamente entrelaçados e co-constituídos mas diferentes”, muito além do conhecimento canônico hegemônico, sendo que “não existe uma só noção do mundo, do humano, nem do natural” (ESCOBAR, 2014, p. 21, 22 e 145) (tradução minha).

historicamente silenciados pelo pensamento abissal e pela racionalidade instrumental indolente [moderna/colonial]. É, ainda, possibilidade de empreender calibrações, ajustes e correções de rumos em tais reducionismos prepotentes e epistemicidas, assim como oportunidade para a construção de outros imaginários, de alargamento dos horizontes de emancipação e libertação, e de tensionar/fecundar as políticas de água e educação na Bacia do Prata, apresentando saídas para o enfrentamento da crise do ‘Plantionoceno’.

Referências

ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. **Em Gaza: onde foi parar o Direito Internacional?** Coluna Por Supuesto – Empório do Direito, 04/11/2023. Disponível em: <https://emporiododireito.com.br/leitura/em-gaza-onde-foi-parar-o-direito-internacional>.

ALVES FILHO, Olinto Silveira. **Emenda constitucional nº 32/2020: É hora de virar o jogo!** ADUSFS, 12/10/2020. Disponível em: <https://adufs.org.br/conteudo/1972/reforma-administrativa-contribui-para-consolidacao-do-desmonte-do-estado-brasileiro>.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 11, Brasília, maio – agosto de 2013.

BRINGEL, Breno. **Movimientos Sociales y Realidad Latinoamericana: una lectura histórico-teórica**. In: Hacia la renovación de la teoría social latinoamericana. CLACSO, 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv1gm036w.11>

BRUCKMANN, Monica. **La geopolítica del agua y los desafíos de la integración sudamericana**. Cartografías del Sur, nº 4, octubre/2016.

CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade**. Tradução de Guy Reynaud; revisão técnica de Luiz Roberto Salinas Fortes. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. (Coleção Rumos da cultura moderna; v. 52). 6ª edição.

CIC. **Análise Diagnóstico Transfronteiriço da Bacia do Prata - ADT**. - 1ª ed revisada. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Comité Intergubernamental Coordinador de los Países de la Cuenca del Plata - CIC ; Estados Unidos : Organización de los Estados Americanos - OEA, 2017. Libro digital, PDF

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** Ladislau Dowbor. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia**. Colección Pensamiento vivo. Medellín: Ediciones UNAULA, 2014.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução Letícia Mei; prefácio Angela Davis; posfácio Guilherme Moura Fagundes. – São Paulo: Ubu Editora, 2022, 320 pp.

FLOR DO NASCIMENTO, Wanderson. Exposição de Wanderson Flor do Nascimento (Uã Flor) no diálogo sobre “**Cosmopercepções e sensibilidades no entrelaçamento com as comunidades Terreiro**”, realizado em 08/07/2020, disponível [a partir do minuto 12] em: https://youtu.be/J-CAzAd0V5U?list=PLqT3rD6gQgdGuWNtNswACh8BKRaK_3d95&t=747.

GALANO, Carlos. **Educación Ambiental: construcción desde los silencios de la Cuenca del Plata**. Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 20, p.13-22, jul/dez. 2009. Editora UFPR.

LEFF, Enrique. **Pensamiento Ambiental Latinoamericano: Patrimonio de un Saber para la Sustentabilidad**. Panel “Pensamiento Ambiental Latinoamericano”, VI Congreso Iberoamericano de Educación Ambiental, San Clemente de Tuyú, Argentina, 19 de septiembre de 2009.

LÉO NETO, Nivaldo Aureliano. **A contextualização dos saberes para a descolonização de um ensino de Biologia que reconheça as identidades e diferenças**. Revista Entreideias, Salvador, v. 7, n. esp, p.23-42, 2018.

MARRAS, Stelio. **Por uma antropologia do entre: reflexões sobre um novo e urgente descentramento do humano**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros-IEB, Brasil, n. 69, abr. 2018.

MASDEU, Sofia. **Desenterrar de una vez los nombres del río: de choques, arribos y partidas en el Río de la Plata**. La Diaria – Montevideo-Uruguay, 27/05/2023. Disponível em: <https://ladiaria.com.uy/politica/articulo/2023/5/desenterrar-de-una-vez-los-nombres-del-rio-de-choques-arribos-y-partidas-en-el-rio-de-la-plata/>.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales/disenos globales: colonialidade, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe. **O golpe foi um golpe**. A Terra é Redonda, 30/08/2023. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/o-golpe-foi-um-golpe/>.

NOBRE, Antonio Donato. **Água e florestas: por um círculo virtuoso para o cuidado das águas**. Água e Transdisciplinaridade para uma ecologia de saberes. Org. Vera Lessa Catalão e Maria do Socorro Ibañez – Senado Federal/ Cet-Água. 1ª ed – Brasília, 2012.

ONU. **Israel must stop using water as a weapon of war: UN expert**. Press Releases, 17 November 2023. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/press-releases/2023/11/israel-must-stop-using-water-weapon-war-un-expert>.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. Ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

_____. **Visualizando o corpo: teorias ocidentais e sujeitos africanos.** Tradução Wanderson Flor do Nascimento. in: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P.J. (eds). *The African Philosophy Reader*. New York: Routledge, 2002. Disponível em: https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/oy%C3%A8r%C3%B3nk%C3%A8%20oy%C4%Bw%C3%B9m%C3%AD_-_visualizando_o_corpo.pdf.

PADILHA, Paulo Roberto. **Por uma escola curiosa, prazerosa e aprendente.** Tese de doutorado. FE-USP, 2003.

PAULA JÚNIOR, Franklin. **“Nós somos água”: cosmovisões e perspectivas políticas sobre a água a partir do diálogo com atores institucionais e da sociedade civil.** 2021. 236 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

PIRES, Alex; MIRANDA, Liliana. **Sustainable management of the water resources of the la Plata Basin with respect to the effects of climate variability and change.** Terminal Evaluation of the um environment GEF Projetc 2095. Draft zero. UNEP/GEF/OEA. November 2019.

RUFINO, Luiz. **Exu e a Pedagogia das Encruzilhadas: sobre conhecimentos, educações e pós-colonialismo.** VIII Seminário Internacional “As Redes Educativas e as Tecnologias: Movimentos Sociais e Educação” – Junho/2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 63, Outubro 2002.

_____. **Conferência “A Reinvenção da Emancipação Social a partir das Epistemologias do Sul”.** Ciclo de debates Universidade e Sociedade. Universidade de Brasília-UnB, 04/06/2009.

SANTOS, Rita Silvana Santana. **Diálogos: Educação Ambiental e Educação Antirracista no contexto da formação docente.** Revista Eixo, v. 6, n. 2 (Especial), IFB/Brasília-DF, novembro de 2017. Disponível em: <http://revistaeixo.ifb.edu.br/index.php/RevistaEixo/article/download/510/273>.

SIMAS, Luiz Antonio; e RUFINO, Luiz. **Encantamento – sobre política de vida.** Mórula Editorial, 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Perspectivismo e multinaturalismo na América indígena.** O que nos faz pensar, [S.l.], v. 14, n. 18, p. 225-254, sep. 2004. ISSN 0104-

6675.

Disponível

em:

<http://www.oquenosfazpensar.fil.puc-rio.br/index.php/oqfnfp/article/view/197>.

_____. **Os Involuntários da Pátria – elogio do subdesenvolvimento.** Cadernos de Leitura n. 65 - Edições Chão da Terra, Maio de 2017.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad crítica y educación intercultural.** Seminario “Interculturalidad y Educación Intercultural”, Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, La Paz, 2009.